

POLITICA

JULIO ALCANTARA

Lourenço quer jogar votação para novembro

ROBERTO CUSTÓDIO Da Sucursal

São Paulo — Se não houver acordo de lideranças sobre os temas tidos como mais importantes, o líder do PFL, deputado José Lourenço, vai propor o adiamento da votação do segundo turno da Constituinte para depois das eleições municipais de 15 de novembro. O objetivo é impedir que o processo eleitoral influencie neste momento os votos na Constituinte de 121 parlamentares que são candidatos a prefeitos nas próximas eleições e ganhar tempo nas negociações sobre emendas supressivas.

"Há muita gente que vai votar levando em conta seus interesses eleitorais", disse Lourenço, ao final de reunião-almôço na Bolsa Mercantil e de Futuros, com representantes dos conselhos das Bolsas de São Paulo. Em função disso, se concluir que a nova Constituição não atende aos seus interesses, o PFL passará a estudar a hipótese de não assinar a Carta, adiantou.

José Lourenço fez uma exposição "realista" aos representantes do mercado financeiro sobre as perspectivas de aprovação de emendas supressivas no segundo turno da Constituinte, chegando à conclusão de que haverá raríssimas mudanças em relação ao primeiro turno. Sem ter como garantir a presença de parlamentares nessas votações, a partir do dia 25, com isenção total, a saída seria o adiamento da votação.

Admitiu o deputado que a proposta tem algo de "maluco" e que não conversou sobre ela com nenhuma liderança partidária, nem mesmo o presidente de honra do PFL, Aureliano Chaves. Argumentou, porém, que em todas as suas visitas fora da Constituinte tem notado críticas ao processo de votação e sua relação com as próximas eleições.



Lourenço

Ideia surgiu do medo da derrota

Durante almoço fechado à imprensa, o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, reconheceu que sua proposta é fruto "de um desespero" provocado pela constatação de que muitas propostas importantes para o Centrão e para grupos empresariais nacionais multinacionais não serão aceitas no segundo turno. Na avaliação realista do deputado, a jornada de seis horas em turno ininterrupto, por exemplo, apesar de todo o lobby empresarial, governamental e militar, não será suprimida no segundo turno, assim como alguns avanços na área social, como a ampliação da licença-maternidade, direito de greve, benefícios a aposentados.

Há certeza de modificações apenas nas questões da estatização da comercialização de sangue, na licença-paternidade e no tabelamento de juros, já que será suprimido o item 12 por cento, permanecendo apenas o princípio. "Isso é para agradar a esquerda e fingir que se enganou a direita", disse, acrescentando irritado que "eu acho que deveria ficar os 12 por cento mesmo como homenagem à burrice nacional".

No seu exame dos resultados constitucionais, o líder do PFL disse que os avanços sociais podem comprometer a democracia no País, porque representarão na verdade mais déficit público, mais emissão de dinheiro, aumento da dívida interna e, como consequência, uma elevação da inflação. "Para se ter uma idéia do que pode acontecer, é só lembrar a Alemanha de 23, Portugal de 29 ou a Nicarágua, de Somoza, no final da década de 70", acrescentou. Ele informou aos empresários que até segunda-feira deverá estar pronto o levantamento a respeito das repercussões à Previdência Social dos benefícios aprovados no primeiro turno. Segundo ele, ao contrário do que disse o ministro da Previdência, Renato Archer, não haverá como saldar esse compromisso. "A Previdência já é responsável sozinha por um déficit de 1,8 por cento do PIB. Ela vai acabar estourando com esses benefícios".



Ulysses Guimarães (C) preside a reunião dos líderes: calendário deixa o fim de semana para as campanhas eleitorais

Sessão do 2º turno só vai até quinta-feira

Já está definido. As sessões da Constituinte para votação do segundo turno, que se inicia no próximo dia 25, serão realizadas de segunda-feira à tarde até quinta à noite. O restante dos dias — sexta, sábado, domingo e a manhã de segunda-feira — ser-ão reservados para que os constituintes possam participar, em seus estados, do processo das eleições municipais. A reunião das lideranças partidárias com o presidente Ulysses Guimarães, realizada ontem pela manhã, teve como principal objetivo o de compatibilizar o novo calendário da Constituinte com as eleições de 15 de novembro próximo.

Ficou acertado pelas lideranças que no processo de votação, a primeira etapa será a da votação do texto emendado pelo relator Bernardo Cabral, do qual serão ressaltados as emendas e os destaques. De acordo com o vice-líder do

PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), a votação se dará em ordem crescente de artigo e não título por título, como aconteceu durante o primeiro turno. Ele garantiu que será admitida a conexão de emendas, e nesta fase substituirá as fusões do primeiro turno. Com a conexão, várias emendas poderão ser votadas conjuntamente, caso mantenham uma correlação, mesmo que não estejam em um mesmo artigo.

Outra novidade é quanto à forma de votações. Ficou estabelecido que as emendas supressivas totais terão prioridade na ordem de votação em relação às emendas que suprimem parcialmente. No caso da primeira ser aprovada por 200 votos, as parciais estarão automaticamente prejudicadas. Caso a supressão total não atinja os 200 votos necessários, será feita a votação das supressões

parciais, consecutivamente.

POLEMICA

A grande polêmica, que exigiu dos líderes mais horas de discussões, foi quanto à forma de se votar as emendas de correção. Ou seja, aquelas emendas que pedem o restabelecimento do texto votado em primeiro turno. As emendas foram apresentadas por constituintes que se sentiram prejudicados com a redação utilizada pelo relator Bernardo Cabral. As emendas foram acolhidas com parecer favorável, mas como já haviam em votação anterior recebido os 200 votos necessários, não precisarão desse quorum no segundo turno.

Estabelecida essa polêmica as lideranças discutiram por mais de duas horas o assunto e decidiram que essas votações seriam apenas simbólicas, ou seja, seriam votadas pelas lide-

ranças partidárias, que simbolicamente representam suas bancadas, exigindo-se nestes casos a maioria simples. Caso o autor do destaque não concorde com essa forma de votação, lhe será permitido pedir a verificação de quorum, com o apoio de 35 parlamentares. A aprovação do pedido de verificação, faz-se a votação nominal, o que fará com que a emenda precise de 200 votos para ser aprovada.

Segundo explicações do líder do PSDB, deputado Octávio Elísio (MG), as votações simbólicas só existirão para os casos em que houve realmente alteração do mérito, quando da redação dada ao texto por Bernardo Cabral. "Os autores das emendas do primeiro turno têm todo direito de pedir o restabelecimento do texto original, pois estão garantidas para a votação do segundo turno, todas as emendas aprovadas na primeira etapa".

PT vai votar não ao texto do 1º turno

Na próxima semana, quando o projeto da nova Constituição aprovado em primeiro turno for colocado em votação, pelo menos 16 parlamentares dirão não ao texto global e votarão pela manutenção dos destaques apresentados, a fim de tentar modificar alguns dispositivos considerados retrógrados. Os 16 parlamentares integram a bancada do PT e tomaram tal decisão ontem à tarde, durante reunião da Executiva Nacional do partido com a bancada federal. O PT pretende com isso marcar posição contra o projeto, que na avaliação da Executiva ficou muito aquém dos anseios do povo brasileiro.

Paradoxalmente, contudo, o partido torce para que outros parlamentares não façam o mesmo. Isto porque se 200 constituintes rejeitarem o projeto aprovado, todo o trabalho de 17 meses seria jogado fora e a Constituinte voltaria à estaca zero. O presidente do PT, deputado Olívio Dutra (RS), justificou a decisão do partido dizendo que "a nossa idéia é mostrar o descontentamento do povo com o que foi aprovado, mas não deixar passar a possibilidade de aperfeiçoar o texto". Para Olívio, "votar sim ou não é um ato democrático", tanto que os petistas até estudam a possibilidade de não assinar a nova Carta.

Terminado o segundo turno, faremos uma avaliação do que foi aprovado. Se concluímos que o texto não corresponde às expectativas dos trabalhadores, não assinaremos a nova Constituição — revelou Olívio. Mas o deputado garantiu que a decisão de votar não ao texto aprovado em primeiro turno não revela uma tendência de fazer o mesmo no final dos trabalhos. "Ainda temos o segundo turno, onde trabalharemos para suprimir alguns pontos e manter outros que consideramos essenciais", explicou. "Somente após essa batalha decidiremos o que fazer".

Olívio Dutra, no entanto, está ciente de que será muito difícil modificar o texto aprovado em primeiro turno. De qualquer maneira, ele e o PT apostam na mobilização popular. "Com o povo pressionando, conseguiremos manter os poucos avanços já aprovados", raciocinou. O Partido dos Trabalhadores, segundo ele, passará a fazer reuniões de mobilização em todos os estados e também em Brasília, além de distribuir material de divulgação dos avanços aprovados e de quem quer suprimi-los.

ESSENCIAL

Para o Partido dos Trabalhadores, existem alguns pontos considerados essenciais. Em um texto cheio de "altos e baixos", na avaliação do presidente Olívio Dutra, o PT não abre mão do direito amplo de greve, da iniciativa popular para elaboração de leis, da licença de 120 dias para as gestantes e da jornada de trabalho de 44 horas, no máximo. O partido também vai se empenhar para suprimir do artigo referente ao papel das Forças Armadas a expressão "manutenção da lei e da ordem", deixando a cargo do Exército, da Marinha e da Aeronáutica a defesa da soberania do País. Mas a questão mais polêmica — que pode, inclusive definir se o PT assina ou não a nova Constituição — é a reforma agrária. De acordo com Olívio Dutra, o partido não aceita a exclusão das terras produtivas do rol das passíveis de desapropriação. "Se for assim, é melhor que não apareça no texto essa questão. Tirar as terras produtivas é um retrocesso em relação ao próprio Estado da Terra, elaborado durante o regime militar", disse Olívio. O deputado informou, ainda, que o PT não aceita a aprovação de qualquer tipo de anistia, mas garantiu que "seria precipitado dizer que não vamos assinar a carta agora".

Acaba o impasse do decreto de Sarney

O Governo decidiu retirar no início de agosto o decreto-lei que modificou a sistemática de atualização do orçamento e abriu diversos créditos especiais. A mudança será proposta em projeto-de-lei, cuja tramitação será facilitada pelas lideranças partidárias. O acerto final do Governo foi concluído ontem com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado João Alves (PFL-BA), convocado às pressas. Ficou resolvido que serão mantidos os empenhos feitos pelo Governo durante o mês de julho. "Não fizéssemos isso — comentou João Alves — eles não tinham nem como pagar o pessoal".

O procurador-geral da República estava, segundo Amaral Netto, decidido a acatar sua solicitação, o que iria criar mais dificuldades ao Governo. Na manhã de ontem, o consultor-geral da República telefonou ao líder do PDS dizendo-lhe que o decreto-lei seria retirado e, portanto, não havia mais motivo de sua representação. Amaral, no entanto, acha conveniente mantê-la. Ele quer uma definição sobre a inconstitucionalidade inclusive para efeitos legais.

A confirmação da retirada do decreto-lei foi dada pelo líder do PMDB, senador Ronan Tito (MG), a vários senadores. Desde o início ele foi contra o decreto-lei, que teve péssima repercussão política. Ronan Tito chegou a esboçar-se para que o Governo não o enviasse, pois era ilegal e inconveniente. Ele advertiu, também, que a nova Constituição considerava revogados todos os decretos que não tivessem sido apreciados até sua promulgação, o que fatalmente ocorrerá com este que modificou o orçamento.

Governo não quer adiar Carta

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, negou ontem que o Governo esteja jogando na prorrogação dos trabalhos constituintes para evitar a implantação da reforma tributária. Pelo contrário, garantiu que o presidente Sarney pretende ver a Carta promulgada o mais rapidamente possível e o Governo já es-

tuda a transferência dos encargos aos estados e municípios, juntamente com a transferência dos recursos, como determina a reforma tributária. Segundo o porta-voz, o líder do PFL, deputado José Lourenço, falou por si (veja matéria ao lado) e não em nome do Governo ao propor o adiamento das votações.

Ulysses inova na reunião com líderes

EDUARDO BRITO Editor de Política

A reunião do deputado Ulysses Guimarães com os líderes de bancada, ontem, foi um pouco diferente das habituais. Para começar, a mesa tinha lugares marcados. Em outras palavras, só participavam do encontro os que estavam formalmente investidos de posto de liderança, além do relator e seus adjuntos, o que excluía muitos dos presentes às reuniões anteriores. Como não há líder do Centrão e, aliás, nem o grupo tem existência regimental, ninguém falava oficialmente em seu nome.

Isso, é evidente, trazia certo risco. Não faltou quem dirigisse farpas a outros líderes, insinuando que não se sabia exatamente quantos votos eles de fato lideravam. Vários dos líderes presentes, caso entre outros do pefelista Inocêncio de Oliveira, que representava o titular José Lourenço, pertencem ao Centrão, mas nem por isso estavam investidos de poderes para representá-lo. E, como se sabe, o Centrão existe. Pode-se não gostar dele ou considerá-lo em fase minguinte, mas nem por isso deixa de representar uma força — em especial se o Governo o estimular mesmo.

Nem por isso a reunião foi tão calma quanto outras que a antecederam. Ao menos dois dos líde-



Righi e Cabral: nova categoria de emenda

res, os deputados Gastone Righi, do PTB, e Ademir Andrade, do PSB, levantaram uma questão de importância: comparando o texto do deputado Bernardo Cabral que será levado à votação com o que fora aprovado no primeiro turno, constataram-se algumas modificações de conteúdo, o que é vedado pelo regimento.

Righi citou expressamente duas dessas modificações. No parágrafo 2º do artigo 226, declara-se que a não renovação de concessão de rádio e TV dependerá da manifestação de dois quintos dos membros do Congresso. Ou seja, os dois quintos ficam como quorum. Na realidade, lembra o líder do PTB, o que se previa era a não renovação caso dois quintos dos parlamentares opinassem nesse sentido. Mudou-se o



sentido: como está, é possível impedir a renovação com 20 por cento dos membros do Congresso. Da mesma forma, teria sido alterado o inciso XVI do artigo 7º, que não precisa o prazo de prescrição dos direitos dos trabalhadores rurais, originalmente fixado para o período de duração do contrato de trabalho e mais cinco anos. Isso dificultaria a aprovação em bloco.

O deputado Bernardo Cabral reagiu energicamente a essas queixas, lembrando o duro trabalho que foi a elaboração do seu parecer, fundado sobre o exame de 1.844 emendas. Entretanto, preferiu-se montar um esquema diferente para a votação no segundo turno. Em vez de se votar o projeto título por título, as votações seguirão a or-

dem crescente de artigos, ressaltando-se os destaques.

No fim, o esquema de votação ficou assim acertado:

1. Votação em bloco: todos os títulos de uma só vez;
2. A partir daí, voto por ordem crescente dos artigos;
3. Preferência será para as emendas supressivas totais;
4. Em seguida, preferência para as supressivas parciais;
5. Se houver parecer favorável do relator e apoio das lideranças, as emendas serão votadas em bloco;
6. Se os autores concordarem, pode haver fusão de emendas sobre o mesmo assunto; e
7. Emendas para corrigir omissões, erros ou contradições terão votação apenas simbólica.

Criou-se, na prática, uma nova categoria de proposta, a que visa refazer o texto alterado pelo relator, quando este pretende aprimorar a redação e assim contrariar algum constituinte. Nesse caso, a votação será semelhante à das emendas para corrigir erros. Das emendas apresentadas, 1.530 são supressivas, 94 dizem pretender corrigir a linguagem, sanar omissões, 56 corrigirão erros e 105 apontam contradições.

Centrão volta e busca apoio de Sarney

O deputado Ricardo Fiúza vai ainda esta semana ao presidente José Sarney para tentar negociar formas de atuação do Governo com o Centrão, no segundo turno da Constituinte, para mudar no texto os pontos comuns aos dois lados. Esta foi uma das decisões adotadas pelo comando centrista numa rápida reunião, ontem, na qual cuidou de traçar uma estratégia para a rearticulação do grupo.

Paralela à conversa com o Presidente, o Centrão destacou alguns integrantes do grupo para iniciar uma mobilização visando colocar em plenário, já terça-feira, um número suficiente de constituintes que comprove a disposição não só de rearticulação como, também, de que não cederão fácil aos argumentos de que faltam aos 200 votos para todos os segmentos que desejam mudar o texto aprovado em primeiro turno.

O Centrão decidiu ainda requisitar os empresários para que, nos estados,

pressionem os constituintes a eles ligados visando fazê-los comparecer nas sessões de votação dos temas de interesse da livre iniciativa. Ricardo Fiúza, porém, negou que isso implique em ceder aviões ou pedir favores ao Governo para conquistar os votos necessários às alterações.

A reunião de ontem foi mais gratificante do que a realizada na véspera, quando os participantes condenaram o entusiasmo de Fiúza, lembrando-lhe que o Governo provou em diferentes etapas da Constituinte que ganha com ou sem o Centrão. Aceitaram melhor a estratégia de ação na medida em que engloba a conversa direta com o presidente José Sarney e outros segmentos do Governo.

Fiúza admitiu também que além dos pontos coincidentes de interesses entre o Centrão e o Governo poderão ser selecionados mais alguns reivindicados pelo empresariado. Mas o grupo não se excederá, porque tem consciência de que se-

ráo grandes as dificuldades para trazer tantos parlamentares a Brasília em muitas e dispersas ocasiões.

Desde ontem os centristas especializados em mobilização começaram a ligar e passar telex aos demais integrantes do grupo, chamando-os para a vota-



Fiúza

ção de terça-feira, apontada pelo comando do Centrão como fundamental nessa nova fase da Constituinte. Se conseguir uma expressiva adesão, as chances crescem, porque mostraria força. E, de quebra, ajudaria o presidente Ulysses Guimarães, deixando aprovado logo o texto básico, ressaltados apenas os destaques.

A partir daí, o Centrão deverá fazer mobilização de acordo com o assunto em pauta. Para isso, usará o levantamento das votações realizadas no primeiro turno, para compatibilizar a pauta com os interesses dos integrantes do grupo. Na opinião de Ricardo Fiúza, o Centrão terá novamente a oportunidade de provar que exerce papel fundamental na Constituinte, porque é um movimento suprapartidário. Ele não crê que as previsões do líder José Lourenço, de que o Centrão morreu e falta apenas sepultar, sejam confirmadas na fase de votações que começam dia 25.